



Alterações Climáticas e Sustentabilidade - Conclusões e Recomendações

Dialogue Dinner

“O papel dos Jovens Políticos no alcance dos ODS”



Síntese-Diagnóstico

De acordo com os Especialistas do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (International Panel on Climate Change (IPCC)), o planeta tem apenas uma dúzia de anos para evitar um Aquecimento Global de 1,5°C, em comparação com o período pré-industrial. O relatório do IPCC (2018) refere os impactos causados pelo aumento de temperatura e dos possíveis caminhos da emissão global de gás de estufa (dependendo da adesão a medidas mais sustentáveis, ou não), no contexto de fortalecer a resposta global à ameaça das alterações climáticas através do desenvolvimento sustentável e num esforço concertado para erradicar a pobreza (IPCC, 6 de outubro 2018).

Principais pontos destacados no relatório:

- A. Compreender o Aquecimento Global de 1.5°C;
- B. Projeção das Alterações Climáticas, potenciais impactos e riscos associados;
- C. Vias de Emissão e Sistemas de Transição Consistentes com 1.5°C do Aquecimento Global;
- D. Fortalecer a Resposta Global no Contexto do Desenvolvimento Sustentável e Esforços para Erradicar a Pobreza.

Com o objetivo de reduzir “as suas emissões de gases com efeito de estufa por forma a que o balanço entre as emissões e as remoções da atmosfera (...) seja nulo em 2050”, Portugal comprometeu-se internacionalmente a ter uma Economia Carbono Zero até 2050, denominando o objetivo de: “neutralidade carbónica” (República Portuguesa, Ambiente, 2018). Para alcançar o compromisso da neutralidade carbónica, alinhado com o Acordo de Paris, foi criado o “Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050” (RNC 2050). O seu objetivo passa por identificar e analisar as “implicações associadas a trajetórias alternativas, tecnicamente exequíveis, economicamente viáveis e socialmente aceites, e que permitam alcançar o objetivo de neutralidade carbónica da economia Portuguesa em 2050” (República Portuguesa, Ambiente, 2018).

Mais do que desenvolver as competências analíticas e ferramentas necessárias, torna-se fundamental um trabalho horizontal entre entidades de vários sectores (público, privado, terceiro sector, sociedade civil) para o seu alcance. Tomando estas premissas em consideração, o desenvolvimento do RNC 2050 integra um processo participativo.

Áreas de intervenção do RNC 2050

O RNC 2050 irá apresentar “trajetórias alternativas até 2050 para **quatro componentes sectoriais**, principais responsáveis pelas emissões de gases com efeito de estufa (GEE) e pelo sequestro de carbono” (República Portuguesa, Ambiente, 2018): energia; transportes; resíduos; agricultura, florestas e uso do solo. Por sua vez, terão suporte em **três componentes transversais**: cenários socioeconómicos; economia circular e o envolvimento da sociedade.

Enquadramento

Objetivos

No dia 12 de outubro, no Centro de Juventude de Lisboa do Instituto Português da Juventude, foi realizado o evento “O papel dos jovens para o Alcance dos ODS” que marcou o final do projeto “Jovens na Política — Participar para a Cidadania Global”¹. A iniciativa que assumiu o modelo de *Dialogue Dinner* teve como objetivo a reflexão em torno das temáticas associadas à Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global e à Agenda 2030, além da apresentação de sugestões e recomendações que constituíssem passos a seguir na promoção do Desenvolvimento.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram o mote do evento, tendo sido debatidos os seguintes temas:

1. “Alterações Climáticas e Sustentabilidade” (ODS 13);
2. “Cidades Inclusivas e Sustentáveis” (ODS 11);
3. “Ações para acabar com a Pobreza e a Fome” (ODS 1 e 2).

O *Dialogue Dinner* reuniu jovens militantes de diferentes ideologias políticas (BE, JCP, JP, JS e JSD), entre outros convidados do meio académico, de entidades públicas e da sociedade civil, para discutirem e refletirem sobre as medidas políticas relacionadas com o alcance dos ODS.

Metodologia

Todos os participantes foram divididos por 7 mesas de debate: mesas 1 e 2 (Tema 1); mesas 3, 4 e 5 (Tema 2); e mesas 6 e 7 (Tema 3). Na **primeira fase**, foram dinamizados debates por mesa, tendo sido solicitado que, ao longo do jantar, discutissem duas questões orientadoras relativas ao tema da sua mesa. Numa **segunda fase**, o debate passou a ser por tema, tendo sido pedido que as duas/três “mesas” se juntassem num só grupo e sistematizassem as recomendações comuns.

Questões Orientadoras

1. O que as Juventudes Partidárias podem fazer para ir ao encontro do objetivo “Portugal Carbono Zero”?
2. Olhando para o país como um todo, apenas alguns Municípios têm Planos de Adaptação às Alterações Climáticas. Como envolver todos os Municípios – norte, centro, sul e ilhas – nesta Estratégia de Resposta às AC? E que políticas públicas podem as Juventudes Partidárias promover?

¹ O projeto “Jovens na Política – Participar para a Cidadania Global” tem como objetivo capacitar e mobilizar jovens militantes de partidos políticos para as problemáticas ligadas à Educação para o Desenvolvimento, promovendo ações e reflexões em torno da Cidadania Global em articulação com as dinâmicas locais. Uma mudança significativa implica a intervenção e a participação dos jovens. O projeto é promovido pela AIDGLOBAL — Acção e Integração para o Desenvolvimento Global e cofinanciado pelo Camões — Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. tendo como parceiros o Centro de Estudos Internacionais do ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa, o Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) | Centro de Juventude de Lisboa (CJL), o Conselho Nacional da Juventude (CNJ) e a Federação Nacional de Associações Juvenis (FNAJ).

Conclusões e Recomendações do tema “Alterações Climáticas e Sustentabilidade”

Comuns a todas as mesas de trabalho

- Criar **maior comunicação entre diferentes organizações juvenis partidárias**;
- **Criação de iniciativas que contribuam para o desenvolvimento sustentável**. Ação em duas frentes, por parte das juventudes partidárias:
 - **Interna (Juventudes Partidárias e Partidos)**: Sensibilizar os jovens para comportamentos, atitudes em micro/macro escala, refletir sobre a coerência das políticas ambientais,...;
 - **Externa (às Juventudes Partidárias e Partidos)**: Influenciar as agendas e prioridades do Partido, apelando à adoção de medidas para mitigação das Alterações Climáticas.
- **Influenciar as agendas e prioridades dos partidos, em prol dos ODS**;
- **Considerar o papel fundamental das Escolas** na formação e sensibilização de cidadãos ativos em prol do Desenvolvimento Sustentável (exemplo, maior investimento em programas escolares que promovam os temas do Desenvolvimento articulados com os programas do currículo) (1);
- **Criar incentivos (Governo central)** para o desenvolvimento e implementação de Planos/Estratégias Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas (2);
- **Aumentar a fiscalização das áreas e setores (Governo central)** com grande influência na promoção da sustentabilidade ambiental (3);
- **Expandir as Energias Renováveis** a vários níveis (doméstico, municipal e industrial) (4);
- **Reavaliar os benefícios fiscais sobre as empresas poluentes** (para as desencorajar), e **incentivar** planos urbanísticos que promovam o uso de energias renováveis (ex.: construção e requalificação de edifícios) (5);
- **Combater o desperdício alimentar e garantir a Produção e o Consumo sustentáveis**, reforçando leis que provam estes princípios (ex.: impostos sobre embalagens de plástico) (6);
- **Promover uma melhor gestão do consumo de água**, garantindo um consumo de água inteligente a nível nacional (7);
- **Reavaliar os modelos de gestão urbanística (municipal, concelhia e distrital)**, de forma a **criar e respeitar os espaços verdes** (8);
- **Expandir a rede de Ciclovias e otimizar a rede de Transportes Públicos**, investindo assim na mobilidade sustentável e garantido que ela seja eficaz, acessível e inclusiva (9).

No que diz respeito às principais áreas de intervenção, notou-se um alinhamento com as áreas de intervenção do RNC 2050. Não tendo existido referências diretas à questão da “agricultura, das florestas e uso de solos”, esta apresenta-se como subentendida nos pontos 8 (espaços verdes), 4 e 5 (Renováveis e Combate à Poluição e 6 e 7 (Redução da produção de resíduos e de águas residuais) e no ponto 9 (Transportes). Os pontos de 1 a 3 são considerados transversais a todas as áreas de intervenção.

Referenciação Bibliográfica

Fundo Ambiental, Ministério do Ambiente (2018) *Roteiro*. Acedido em: 15 de outubro de 2018. Disponível online: <https://descarbonizar2050.pt/roteiro/>

Intergovernmental Panel on Climate Change (2018) Summary for Policy Makers. *WMO e UNEP. Incheon, Republic of Korea*. Acedido em: 15 de outubro de 2018. Disponível em: http://report.ipcc.ch/sr15/pdf/sr15_spm_final.pdf

Sugestão de documentos importantes a consultar

- **Headline Statments of the IPCC Report (2018)** -
http://report.ipcc.ch/sr15/pdf/sr15_headline_statements.pdf

No site "[Descarbonizar 2050](https://descarbonizar2050.pt)", encontram-se disponíveis os seguintes documentos para *download*:

- Acordo de Paris (Paris Agreement);
- Agenda 2030 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;
- Protocolo de Quioto;
- Relatório do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas;
- Relatório do Estado do Ambiente 2017;
- Roteiro Nacional de Baixo Carbono;
- Estratégia Nacional de Adaptações às Alterações Climáticas;
- Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020/2030;
- State and Trends of Carbon Pricing 2017;
- Relatório Stern;
- Relatório Stern/Stiglitz;
- World Energy Outlook 2017;
- FAO's work on climate change;
- LAUDATO SI – On care for our Common Home;
- Estratégia Europeia de Adaptação às Alterações Climáticas;
- The Roadmap for transforming the EU into a competitive, low-carbon economy by 2050;
- Our plane, Our future – Fighting Climate change together;
- Renewable energy prospects for the EU;
- Publicações do BSCD e WBCSD.